

ASSIGNATURAS

Por um anno	10\$000
Por seis mezes	5\$600
Por tres mezes	3\$600
Avulso por folha	\$040
Anuncios, por linha	\$060

A correspondencia official da capital deve ser dirigida ao escriptorio do DIARIO DE LISBOA, na imprensa nacional, onde igualmente se deve remetter, franca de porte, a correspondencia das provincias, assim como os periodicos que trocarem com o DIARIO DE LISBOA.

Anunciam-se todas as publicações litterarias, de que se receberem dois exemplares.

ASSIGNATURAS

Por um anno	12\$000
Por seis mezes	6\$600
Por tres mezes	3\$600
Comunicados e correspondencias, por linha	\$060

A correspondencia das provincias, assim a official como a particular, ou seja para realisar assignaturas da folha, ou para a publicação de editaes, annuncios ou communicados, deve vir acompanhada da importancia das assignaturas ou do preço das publicações pedidas, sem o que não se lhe dará destino. Os annuncios serão dirigidos á loja da venda do DIARIO DE LISBOA, rua Augusta n.º 224 e 226.

DIARIO DE LISBOA

FOLHA OFFICIAL DO GOVERNO PORTUGUEZ

Suas Magestades e Suas Altezas passam sem novidade em sua importante saude.

PARTE OFFICIAL

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DO REINO

DIRECCÃO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO POLITICA

2.ª Repartição

DESPACHOS DO MEZ DE ABRIL

Tendo attenção a que o titulo de conde da Azambuja, creado em 1763 para remuneração dos importantes serviços que D. Antonio Rolim de Moura, irmão de um dos condes de Valle de Reis, havia prestado ao paiz nos postos de marechal de campo dos reaes exercitos, e governador e capitão general das capitães de Cuyaba e Matto Grosso, foi em 1789 transmittido a José Maria de Mendonça, filho do conde de Valle de Reis, Lourenço Filipe de Mendonça e Moura, e sobrinho do dito conde da Azambuja, em satisfação dos novos serviços que este dignitário fizera na qualidade de tenente general, encarregado do governo das armas da corte e provincia da Estremadura, presidente do conselho da fazenda, e vedor da casa real; querendo perpetuar na descendencia do actual marquez de Loulé, Nuno José Severo de Mendonça Rolim de Moura Barreto, chefe da casa dos condes de Valle de Reis e da Azambuja, a memoria dos assignalados serviços de seus maiores; e achando-se já por esta razão conferido o titulo de conde de Valle de Reis a Pedro Agostinho de Mendonça Rolim de Moura Barreto, filho primogenito do mesmo marquez de Loulé; esperando eu que seu filho segundo, Augusto Pedro de Mendonça Rolim de Moura Barreto, adido á legação do Portugal na corte de Londres, seguirá os exemplos d'aquelles de quem descende, e correspondendo assim ás obrigações do seu nascimento, se tornará sempre digno da consideração que a sua familia tem constantemente merecido do throno: hei por bem fazer-lhe mercê de o elevar á grandeza d'estes reinos com o titulo de conde da Azambuja de juro e herdeidade.

O ministro e secretario d'estado dos negocios do reino assim o tenha entendido e faça executar. Paço das Necessidades, em 3 de abril de 1860.—REI.—Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.

Attendendo ás circumstancias que concorrem na pessoa de José Porfirio Campos Rebello, moço fidalgo com exercicio na minha real casa e tenente graduado do exercito, aos valiosos serviços civis e militares que seu fallecido pae, Luiz Antonio Rebello, fez ao paiz, e áquelles com que elle proprio tem procurado seguir o nobre exemplo de seu pae: hei por bem fazer-lhe mercê do titulo de barão de Prime em sua vida.

O ministro e secretario d'estado dos negocios do reino assim o tenha entendido e faça executar. Paço das Necessidades, em 19 de abril de 1860.—REI.—Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.

Por diplomas de 3, 10, 11, 12 e 18 de abril de 1860, foram agraciados

Com o grau de commendador da ordem militar de Nossa Senhora da Conceição de Villa Vicosa O conselheiro José Lourenço da Luz, presidente da direcção do banco de Portugal e director da escola medico-cirurgica de Lisboa.

Com o grau de cavalleiro da ordem militar de S. Bento de Aviz

Francisco Plácido de Sousa, capitão quartel mestre do 1.º regimento de artilheria.

José Maria Nunes dos Reis, cirurgião de brigada.

José de Vasconcellos Noronha e Menezes, major graduado do corpo do estado maior do exercito.

Com a licença para aceitar a banda da real ordem hespanhola das damas nobres de Maria Luiza

A viscondessa da Foz, D. Marianna Georgina Palha de Faria e Lacerda.

Com a licença para aceitar a nomeação de commendador da real ordem americana de Isabel a Catholica

O conselheiro José Cardoso Braga, governador civil do districto da Guarda.

Com a licença para aceitar a nomeação de cavalleiro da ordem brasileira da Rosa

José Gaspar Ladeira Guimarães, residente na cidade de Porto Alegre, provincia de S. Pedro do Sul, no imperio do Brazil.

Manuel José de Carvalho Basto, residente na mesma cidade.

Por diplomas das datas abaixo indicadas tiveram logar os seguintes despachos:

4 David de Azevedo Barros

7 João de Deus

18 Leonor Nunes Roballo

24 Leocadia Emerenciana dos Santos

Confirmações de perflhamento.

DIRECCÃO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO CIVIL

3.ª Repartição—1.ª Secção

Sendo-me presente a representação da camara municipal de S. Pedro do Sul, expondo os graves prejuizos que têm resultado aos povos do seu concelho de serem julgados no juizo de policia correccional as causas relativas a coimas, policia municipal ou transgressões de posturas, e pedindo por isso que seja revogado o decreto de 21 de dezembro de 1853, que transferiu dos juizes eleitos para o juizo correccional o julgamento das ditas causas; e attendendo ás razões de conveniencia publica e municipal, aduzidas pela camara supplicante, e justificadas pela informação documentada do governador civil do districto de Vizeu: Hei por bem, usando da facultade concedida ao governo pela lei de 18 de abril do anno proximo passado, revogar o citado decreto de 21 de dezembro de 1853, a fim de que no concelho de S. Pedro do Sul reverta para os respectivos juizes eleitos o processo e julgamento das causas de coimas, policia municipal ou transgressões de posturas.

Os ministros e secretarios d'estado dos negocios do reino, e dos negocios ecclesiasticos e de justiça, assim o tenham entendido e façam executar. Paço das Necessidades, em 20 de abril de 1860.—REI.—Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

DIRECCÃO GERAL DE INSTRUÇÃO PUBLICA

3.ª Repartição

Pela direcção geral de instrucção publica no ministerio do reino se hão de prover, precedendo concurso de sessenta dias, que principiará em 15 do corrente mez, perante os respectivos commissarios dos estudos, as cadeiras de instrucção primaria (1.º grau) de Alentejo, Caparica, Louza, Sines e Vimeiro, no districto de Lisboa; Santo Adrião de Vizeu, no do Porto; Ponte do Lima, no de Vianna do Castello; e freguezia de Guifões, no de Villa Real; e perante o governador civil do districto de Castello Branco a de igual disciplina e grau da freguezia da Madeira: cada uma com o ordenado annual de 90\$000 réis, pagos pelo thesouro publico, e 20\$000 réis pelas camaras municipais respectivas, excepto a cadeira de Guifões, que recebe 80\$000 réis, sendo 30\$000 réis pagos pelo thesouro publico, 20\$000 réis pela confraria das Almas, 10\$000 réis pela junta de parochia, e 20\$000 réis pela respectiva camara municipal; e tendo a de Madeira casa e mobilia pela respectiva junta de parochia.

Os que pretenderem ser providos nas ditas cadeiras se habilitarão com certidão de idade de 21 annos completos; attestados de bom comportamento moral, civil e religioso, passados pelo parochio, pela camara municipal, e pelo administrador do concelho ou concelhos, onde tiverem residido os ultimos tres annos; certidão de folha corrida e de isenção do serviço militar, na conformidade da lei de 27 de julho de 1855; e documento por onde provem que não padecem molestia contagiosa; tudo reconhecido e sellado. E logo que findo o prazo acima marcado lherá assignado dia e hora para os exames na forma do regulamento respectivo, e do programma já publicado.

Secretaria d'estado dos negocios do reino, 9 de maio de 1860.—O conselheiro director geral, José Maria de Abreu.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS ECCLESIASTICOS

E DE JUSTIÇA

DIRECCÃO GERAL DOS NEGOCIOS DE JUSTIÇA

1.ª Repartição

DESPACHOS QUE TIVERAM LOGAR POR DECRETOS DAS SEGUINTES DATAS

1860
Março 27 Bachelar Antonio Augusto Cabral de Sousa Pires—transferido do logar de juiz de direito da comarca de Val Passos, onde tem completado o quadriennio legal, para o logar de juiz de direito da comarca de Trancoso.

Bachelar Manuel José da Silva Leal—transferido, pelo requerer, do logar de juiz de direito da comarca de Trancoso para o logar de juiz de direito da comarca de Val Passos.

11 Bachelar Luiz José de Almeida Saraiva—transferido, por conveniencia do serviço publico, do logar de delegado do procurador regio na comarca de Viñhaes para identico logar de delegado na comarca de Val Passos.

18 Bachelar Vilella de Sousa Araujo Barbosa—transferido para o logar de juiz de direito da comarca de Guimarães, ficando sem effeito a sua transferencia para identico logar da comarca de Estarreja.

Bachelar Domingos Manuel Pereira de Carvalho e Abreu—transferido do logar de juiz de direito da comarca de Celorico de Basto, onde tem completado o quadriennio legal, para o logar de juiz de direito da comarca de Estarreja.

Bachelar Carlos Vieira da Motta—transferido do logar de juiz de direito da comarca de Santo Thyrso, onde tem completado o quadriennio legal, para o logar de juiz de direito da comarca de Celorico de Basto.

Bachelar Bartholomeu Correia de Moraes e Amaral—transferido do logar de juiz de direito da comarca de Villa do Conde, em que completou o quadriennio legal, para o logar de juiz de direito da comarca de Santo Thyrso.

Bachelar João Antonio Alves de Carvalho e Silva—transferido do logar de juiz de direito da comarca da Tabua, onde completou o quadriennio legal, para o logar de juiz de direito da comarca de Villa do Conde.

25 Dr. Francisco Antonio Augusto de Almeida de Menezes e Vasconcellos—transferido, pelo requerer, do logar de juiz de direito da comarca da ilha de S. Jorge para o logar de juiz de direito da comarca da Tabua.

Na conformidade do decreto de 20 de setembro de 1849 (Diario n.º 224) se abre concurso, na secretaria d'estado dos negocios ecclesiasticos e de justiça, por espaço de trinta dias, contados da publicação d'este annuncio, para o provimento do logar de delegado do procurador regio junto ao juizo de direito da comarca de Vinhaes, vago pela transferencia do bachelar Luiz José de Almeida Saraiva.

Os candidatos apresentarão na mesma secretaria d'estado, dentro d'aquelle prazo, seus requerimentos, instruidos com os documentos originaes que se exigem no citado decreto.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA FAZENDA

DIRECCÃO GERAL DA CONTABILIDADE

3.ª Repartição

Tendo requerido Vicente José da Silva Picoto, como credor e cessionario do egresso Francisco de Santa Anna Netto, as prestações que a este se ficaram a dever até ao dia 20 de dezembro ultimo em que falleceu, assim se annuncia em virtude da carta de lei de 24 de agosto de 1848; a fim de que qualquer pessoa que se julgue com melhor direito aos ditos vencimentos o venha declarar dentro do prazo de sessenta dias, contados da publicação do presente annuncio, findo o qual será resolvida esta pretensão.

Terceira repartição da direcção geral da contabilidade, 9 de maio de 1860.—Pelo chefe effectivo, Luciano Thomás de Faria Aguiar.

Relação n.º 91, com referencia ao districto de Vianna, dos titulos de renda vitalicia que se remetem pela terceira repartição da direcção geral da contabilidade do ministerio da fazenda ao delegado do thesouro no dito districto, a fim de serem entregues ás interessadas, em conformidade das respectivas instrucções, por isso que têm de ser pagos pelo respectivo cofre central

NUMEROS DOS TITULOS	DOS QUE TÊM CONSIDERAÇÃO ESPECIAL DE PAGAMENTO	DOS QUE NÃO TÊM ESSA CONSIDERAÇÃO	TITULO DO LIVRO	SEU NUMERO	NOMES DAS AGRACIADAS	CLASSE INACTIVA A QUE SE REFEREM	VENCIMENTO LIQUIDO A QUE TÊM DIREITO		OBSERVAÇÕES
							ANUAL	MESES	
11848	-	-	Pensões	88	Anna Rosa de Lima e Mattos	Pens.ª de consideração	54\$000	4\$500	Começa o abono no 1.º do corrente mez.
11849	-	-	"	"	Emilia Maria de Lima e Mattos	Idem	54\$000	4\$500	Idem.
11850	-	-	"	"	Libania Casimira de Lima e Mattos	Idem	54\$000	4\$500	Idem.

Terceira repartição da direcção geral da contabilidade, em 5 de maio de 1860.—Pelo chefe effectivo, Luciano Thomás de Faria Aguiar.

DIRECCÃO GERAL DOS PROPRIOS NACIONAES

VENDA DE FOROS, CENSOS E PENSÕES

NA POSSE E ADMINISTRAÇÃO DA FAZENDA NACIONAL

NA CONFORMIDADE DOS DECRETOS

DE 30 DE AGOSTO E 21 DE OUTUBRO DE 1852,

DECLARADO PELA CARTA DE LEI DE 9 DE MAIO DE 1857,

COM APLICACÃO AO CAMINHO DE FERRO DO NORTE

Em cumprimento dos referidos decretos e carta

de lei se annuncia, que vão andar em praça os fóros

constantes da seguinte lista, para se proceder á sua

arrematação, no dia abaixo designado, pelo maior

lance que se offerecer, devendo o seu pagamento

verificar-se nos cofres respectivos, dentro de

30 dias, pela forma seguinte: uma quarta parte em

moeda metalica, e tres quartas partes em titulos de

divida fundada interna ou externa, pelo seu valor

nominal; sendo porém livre aos arrematantes pagar

em prestações, e nas mesmas especies de moeda,

entregando a primeira terça parte dentro do mesmo

prazo, e aceitando letras pelas restantes, a um, dois

e tres annos, com o juro annual de 5 por cento; ficando

os mesmos arrematantes, no caso de falta, responsaveis

pelo prejuizo que resultar á fazenda nacional da nova

praza, a que os fóros serão levados, bem como

inibidos de lançar n'elles; tudo em conformidade com a

respectiva legislação, cuja observancia foi suscitada pela

portaria do ministerio da fazenda de 21 de agosto de 1857, e mais disposi-

ções posteriores.

Lista 1721

ARREMATACÃO PERANTE O GOVERNADOR CIVIL

DO DISTRICTO ABAIXO DECLARADO

NO DIA 18 DE JUNHO DE 1860

Fóros incorporados na fazenda nacional

que voltam á praça pela 1.ª forma do artigo 11.º

do decreto de 21 de outubro de 1852

DISTRITO DE BRAGA

CONCELHO DE BARCELLOS

Inventário n.º 84

26950 Fóro de 37/100 réis, dois alqueires e treze

dezeses avos de meado, dois oves e um quarto, e

duas copas e cinco oitavos de palha painga, imposto

nas botijas de Gandra e Sobreiro, sitas na freguezia

de Santa Maria de Quinta. Emphyteuta Antonio

Francisco do Couto—24\$857.

26951 Fóro de um alqueire e onze dezeses avos

de meado, e copa e meia de palha painga, imposto

nas botijas de Gandra e Sobreiro, sitas na freguezia

de Santa Maria de Quintães: praso em vidas. Emphyteuta

Rosa Pereira—14\$754.

Commenda de Villa Cova

26952 Fóro de 450 réis, imposto em varias pro-

priedades, sitas na freguezia de Santa Maria de

Villa Cova: praso em vidas. Emphyteuta Manuel

Pedro do Valle—8\$662.

26953 Fóro de 450 réis, imposto em varias pro-

priedades, sitas na freguezia de Santa Maria de

Villa Cova: praso em vidas. Emphyteuta João José

de Miranda—8\$662.

CONCELHO DE FAZE

Beneficio do Cabo de S. Gens

26954 Fóro de tres quartas de um alqueire de

trigo, imposto no campo chamado d'Aquem, sito

na freguezia de S. Bartholomeu de S. Gens: praso

em vidas. Emphyteuta Antonio Alves de Moutim

—12\$666.

26955 Fóro de 15 réis, imposto em uma leira,

chamada da Gulpilheira, sita na freguezia de S.

Martinho de Arnil: praso em vidas. Emphyteuta

Antonio José da Costa—262.

26956 Fóro de tres quartas de um alqueire de

trigo, cinco alqueires e um dezeses avos de cen-

teio, e tres quartas de uma gallinha, imposto em

terras chamadas do Outeiro, sitas na freguezia de

S. Thomé de Estorões: praso em vidas. Emphyteuta

Gaspar de Queiroz—45\$441.

CONCELHO DE TERRAS DO BOUR

Inventário n.º 57

26957 Fóro de 11 1/2 réis, uma raza e sete oi-

tavas de meado, tres quartas de um quartilho de

manteiga, e tres dezeses avos de um carneiro, im-

posto em parte do casal de Ventuzello, sita na freguezia

de Santa Isabel do Monte: praso em vidas. Emphyteuta

Antonio Domingues—15\$521.

26958 Fóro de 90 réis, tres razas e quinze de-

zeses avos de meado, tres quartas de um carneiro ou

337 1/2 réis, e tres quartas de um quartilho de man-

teiga, imposto em pertencas do casal de Ventuzello,

sitas na freguezia de Santa Isabel do Monte: praso em vidas. Emphyteuta Antonio Domingues—37\$064.

26959 Fóro de 112 1/2 réis, e gallinha e meia,

imposto na tapada e campo de Arnazello, sita na

freguezia de Santa Isabel do Monte: praso em vi-

das. Emphyteuta Antonio Domingues—5\$793.

26960 Fóro de tres quartas de um frangão, im-

posto em umas terras no monte da Cheira, freguezia

de Santa Isabel do Monte: praso em vidas. Emphyteuta

Domingos de Sousa Araujo—825.

26961 Fóro de tres quartas de um alqueire de

milho, e tres quartas de uma gallinha, imposto em

um maninho em Porto Cana, freguezia de Santa

Isabel do Monte: praso em vidas. Emphyteuta Fran-

cisco Domingues—7\$412.

CONCELHO DE VILLA NOVA DE FAMALICÃO

Inventário n.º 44

26962 Fóro de frangão e meio, imposto em uma

leira de matto, sita na freguezia de S. Mathews de

Oliveira: praso em vidas. Emphyteuta Maria Jose-

phes—1\$900.

CONCELHO DE VILLA VERDE

Inventário n.º 339

26963 Fóro de 45 réis, imposto em um praso

no casal do Souto, sito na freguezia de Santa Maria de Penascas: praso em vidas. Emphyteuta Maria Rosa, viuva—787.

26964 Fóro de um alqueire e vinte e nove dezeses e quatro avos de pão meado, imposto na leira de Parada, pertença do casal das Estopas, sita na freguezia de S. Paio de Villa Verde: praso em vidas. Emphyteuta Manuel Antonio Gonçalves—10\$900.

Commenda de Valdeu

26965 Fóro de 232 1/2 réis, dois alqueires e uma quarta de meado, tres alqueires de vinho cozido, tres quartas de uma gallinha, e tres quartas de um quartilho de manteiga, imposto no casal da Soraba, sito na freguezia de S. Paio do Pico: praso em vidas. Emphyteuta o beneficiado Antonio de Araujo e Mello—47\$531.

Somma R.ª 264\$037

Declara-se que os fóros estão todos reduzidos, e que o laudemio é de quarentena conforme a lei.

Primeira repartição da direcção geral dos proprios nacionaes, 4 de maio de 1860.—Antonio Joaquim da Silva.

RECTIFICACÕES

Na lista de venda de fóros n.º 1717, publicada no Diario de Lisboa n.º 105 de 8 do corrente, verba n.º 26889, onde está—16\$460—leia-se—16\$406—e verba n.º 26903—onde está—Fóro de 23\$652 réis—leia-se—Fóro de 23\$625 réis—e a sua avaliação, onde está—412\$438 réis—leia-se—412\$437 rs.

VENDA DE BENS NACIONAES

NA CONFORMIDADE DOS DECRETOS DE 30 DE AGOSTO

E 21 DE OUTUBRO DE 1852,

COM APLICACÃO AO CAMINHO DE FERRO DO NORTE

nistrativo do conselho d'estado, leu, em audiência publica de 18 do corrente mez, na conformidade do disposto no artigo 86.º do regulamento do tribunal, a copia do decreto de 9 de abril do corrente anno do teor seguinte:

Conformando-me com a consulta do conselho d'estado pela secção do contencioso administrativo, para que foi ouvido o ministerio publico, acerca dos recursos de recrutamento d'este anno, abaixo relacionados:

Hei por bem dar provimento nos mesmos recursos, por aproveitar a treze dos recrutados a disposição do n.º 2.º do artigo 8.º da lei de 27 de julho de 1855, e ao decimo e quarto e ultimo, Antonio da Silva, a do artigo 2.º da lei de 4 de junho de 1859.

Recurso n.º 48—recorrente, Bento José de Novas, por seu filho José de Novas, da freguezia de Penajóia, concelho de Lamego, districto de Vizeu.

Recurso n.º 52—recorrente, Maria Bernarda, por seu neto Jeronymo Pinto, da freguezia de Samodães, concelho de Lamego, districto de Vizeu.

Recurso n.º 56—recorrente, Francisco Pinheiro, por seu filho João, da freguezia de Cambrez, concelho de Lamego, districto de Vizeu.

Recurso n.º 58—recorrente, Manuel Duarte, por seu filho Antonio Duarte, da freguezia de Magueja, concelho de Lamego, districto de Vizeu.

Recurso n.º 59—recorrente, Joaquim Guedes, por seu filho Francisco Guedes, da freguezia de Valdigem, concelho de Lamego, districto de Vizeu.

Recurso n.º 60—recorrente, José Coelho, por seu filho Manuel Coelho, da freguezia de Penajóia, concelho de Lamego, districto de Vizeu.

Recurso n.º 62—recorrente, Ignacia Maria, por seu filho Joaquim da Silva, da freguezia de Breitand, concelho de Lamego, districto de Vizeu.

Recurso n.º 63—recorrente, José de Oliveira, por seu filho Antonio, da freguezia de Cambrez, concelho de Lamego, districto de Vizeu.

Recurso n.º 65—recorrente, Bento Correia, por seu filho Justino Correia, da freguezia de Penajóia, concelho de Lamego, districto de Vizeu.

Recurso n.º 66—recorrente, Antonio da Silva, por seu filho Luiz da Silva, da freguezia de Penajóia, concelho de Lamego, districto de Vizeu.

Recurso n.º 69—recorrente, Joaquim José, por seu filho José Joaquim, da freguezia de Ferreira, concelho de Lamego, districto de Vizeu.

Recurso n.º 75—recorrente, Antonio Baetas, por seu filho José, da freguezia de Alcafores, concelho de Idanha a Nova, districto de Castello Branco.

Recurso n.º 83—recorrente, Manuel Antonio, por seu filho José, da freguezia de Pedregal Pequeno, concelho da Certá, districto de Castello Branco.

Recurso n.º 93—recorrente, Antonio da Silva, por seu filho Manuel da Silva, da freguezia do Salvador, concelho da Ribeira de Pena, districto de Villa Real.

O ministro e secretario d'estado dos negocios do reino assim o tenha entendido e faça executar. Paço das Necessidades, em 9 de abril de 1860.—REL.—Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.

Está conforme.—Antonio de Robredo.

Para constar, e para os fins designados no artigo 40.º da lei de 27 de julho de 1855, se passou a presente, que conferei com o chefe da respectiva repartição. Secretaria do conselho d'estado, em 21 de abril de 1860.—José Gabriel Holbeche, secretario geral.

Conferida.—O chefe da repartição do contencioso, João Antonio Ferreira de Passos.

RECTIFICAÇÕES

No *Diário de Lisboa* n.º 100, de 2 de maio de 1860, pag. 454, col. 2.ª, no decreto do conselho d'estado, relativo ao recurso n.º 4, onde diz: Maximiano Gonçalves—deve ler-se—Maximino Gonçalves.—Na mesma pag., e mesma col., na ultima lin., onde diz: de Papiros—deve ler-se—de Papiros.

No *Diário de Lisboa* n.º 101, de 3 de maio de 1860, pag. 459, col. 4.ª, no decreto do conselho d'estado, relativo ao recurso n.º 46, onde diz: de Maqueja—deve ler-se—de Magueja.—Na mesma pag., col. 5.ª, no mesmo decreto, na parte relativa ao recurso n.º 54, onde diz: Maria Barbosa—deve ler-se—Maria Barbara.

No *Diário de Lisboa* n.º 102, de 4 de maio de 1860, pag. 465, col. 3.ª, lin. 8.ª, onde diz: 4 de junho—deve ler-se—4 de maio.

No *Diário de Lisboa* n.º 105, de 8 de maio de 1860, pag. 482, col. 1.ª, lin. 14, onde diz: de 1865—deve ler-se—de 1855.—Na mesma pag., col. 1.ª, lin. 26, onde diz: de Papiros—deve ler-se—de Papiros.—Na mesma pag., col. 1.ª, lin. 30 e 31, onde diz: Canellas—deve ler-se—Canellas.—Na mesma pag., col. 1.ª, lin. 37, onde diz: freguezia de Papiros—deve ler-se—freguezia de Papiros.

CONSELHO ULTRAMARINO

Por espaço de sessenta dias, contados da data da publicação do presente annuncio, recebem-se requerimentos na secretaria do conselho ultramarino para o provimento, por meio de concurso, do logar de administrador da alfandega do Ambriz, na provincia de Angola, com o ordenado de 480\$000 réis e a percentagem, que se calcula em mais de 160\$000 réis, afóra os respectivos emolumentos, tudo em moeda provincial.

Os que pretenderem ser providos no dito emprego deverão exhibir certidão de idade, attestado de bom comportamento moral, civil e religioso, certidão de folha corrida e de recenseamento e soteramento a que se refere o artigo 64.º da lei de 27 de julho de 1855, documentos com que provejam as suas habilitações litterarias, e os empregos que tiverem servido, com certidão de corrente dos de responsabilidade fiscal. Todos os citados documentos deverão ser originaes.

Secretaria do conselho ultramarino, em 8 de maio de 1860.—João de Robredo, secretario.

DIRECÇÃO GERAL DOS TELEGRAPHOS DO REINO

Por esta direcção se annuncia que do dia 11 do corrente mez em diante se achará aberta para a recepção e transmissão do serviço official, e annuncios dos particulares, tanto nacionaes como estrangeiros, a estação telegraphica de Mirandella.

Direcção geral dos telegraphos, em 10 de maio de 1860.—O director geral, José Bernardo da Silva.

CASA PIA DE LISBOA

A administração da casa pia de Lisboa manda annunciar o seguinte:

A administração reconhecendo que era do seu dever mandar ensinar um officio a todos aquellos orphãos, que pela sua condição e circumstancias estavam no caso de receber aquelle destino, julgou que devia publicar as causas que impediam que esse ensino se desse utilmente dentro da casa pia; e convidou os mestres particulares a vir procurar aprendizs n'esta casa.

Tendo decorrido um praso razoavel sem que este convite desse resultado algum, a administração resolveu estabelecer um subsidio em dinheiro, que lhe pareceu sufficiente, para os mestres que recebessem aprendizs da casa pia, e assim o annuncio. Não duvidaria mesmo augmentar esse subsidio, se os

pretendentes fizessem depender d'esse augmento a aceitação dos aprendizs.

No intervalo de alguns mezes decorridos, desde então para cá, têm apenas sido procurados pelos mestres dos officios quatorze orphãos, e d'estes alguns voltaram novamente para esta casa por não agradarem aos mestres.

N'estes termos a administração da casa pia vê-se sem meios de poder fazer ensinar officios aos orphãos, que estão no caso de se aprender; e receia que a estada na casa pia em logar de crear nos orphãos o amor do trabalho, para um dia poderem procurar os meios da sua subsistencia, os habitue a indolencia e á perguica, e lhes faça conceber o pensamento de subsistir toda a vida á custa do estado, isto é, dos cidadãos que trabalham, e pagam os impostos.

Acresce a esta consideração outra da maior importancia. A excessiva accumulção de orphãos na casa pia, levada a ponto de violentar todas as administrações a accommodar um grande numero d'elles em claustrous humidos e sem ventilação, debaixo de abobadas, pelas quaes tem sido impossivel evitar o filtramento das aguas, e em pavimentos, que têm inferiormente um deposito de materias em putrefacção, e havendo alem d'isso nos dormitorios o dobro, e ás vezes o triplo, das camas que devem haver, é, na opinião de todos os facultativos, que têm sido officialmente consultados, a principal causa das doencas que grassam na casa pia, das ophthalmias, das scorfulas, das phthisicas, e das constituições enfezadas, que é facil de notar no grande numero dos orphãos da casa pia, resultando d'aqui o arruinar-se para sempre a saude de muitos d'elles.

Entre os diversos meios, que a administração tem empregado, e continua a empregar, para extinguir esse foco de infecção, segue a expressão de um dos relatorios dos facultativos, *converte um collegio de educação popular em um hospital de doencas, que ali se vão adquirindo a desaccumulação é, na opinião de todas as pessoas esclarecidas, que têm sido consultadas, o meio mais essencial e efficaz.*

Assim a saída dos orphãos para aprendizs em mestres particulares era tambem um dos melhores meios de obter este resultado tão necessario.

N'estes termos a administração da casa pia recorre aos sentimentos de religião e de humanidade de todos os mestres de officios, e das associações fabris de Lisboa e de fóra, supplicando-lhes que a ajudem n'este empenho, e que animados d'estes sentimentos venham receber aprendizs de entre os orphãos que ha na casa pia, e que desejam ter este destino.

Belem, 10 de maio de 1860.—Francisco de Paula Heitz.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE MARINHA

O conselho de administração de marinha ha de comprar em hasta publica, na sala das suas sessões, no dia 12 do corrente, pelo meio dia, 150 barris estanques forrados, cada um dos quaes possa conter seis almudes de vinho, para uso da armada.

No dia 14 do corrente ha de o mesmo conselho, na sala das suas sessões, pelo meio dia, comprar em hasta publica 100 colchões e travesseiros de lã, para consumo da armada.

Sala das sessões do conselho de administração de marinha, 4 de maio de 1860.—O secretario, Antonio Joaquim de Castro Gonçalves.

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO CORREIO DE LISBOA

CARTAS E JORNALIS RETIDOS POR FALTA DE SELLOS Para Lisboa

Antonio Francisco Viana, Antonia—Casimiro Loureiro Carreira—Editor do *Jornal do Commercio*—Francisco Firmo Gonzaga Pereira, Francisco Xavier Alfonso—Georgina Eduarda Fava—Innocencio Rosado, João Antonio Nunes, João José dos Santos, José Antonio Moraes Mantas, José Maria Marques—Ludecke (mr.), Luiz Fernandes, Luiz José Lopes Ferreira, Libania Guilhermina Baille—Manuel José Guedes Horta e Silva, Ministro da Justiça, Maria José Monteiro, Maria do Livramento, Marquês de Niza—Romana Maria.

Para Bordões Carlos Carré.

Para Paris Louise Lallemant—Miranda Pinto (dr.).

Administração central do correio de Lisboa, em 10 de maio de 1860.

PARTE NÃO OFFICIAL

CORTES

CAMARA DOS SENHORES DEPUTADOS

SESSÃO DE 10 DE MAIO

PRESIDENCIA DO EX. MO SR. BARTHOLOMEU DOS MARTYRES A meia hora da tarde verifica-se, pela chafanada, estarem presentes 69 srs. deputados.

O sr. Presidente—declara aberta a sessão. Acta approvada.

Mandam-se lançar na acta as seguintes declarações:

1.º Declaro que não assisti ás duas sessões ultimas por incommodo de saude; se tivessees assistido, teria votado contra a isenção de direitos que se concedeu á pensão da nobre e virtuosa duquesa da Terceira; e votaria contra a propria pensão, se estivesse presente na sessão em que foi votada.—*Simão Maria de Almeida.*

2.º Do sr. Francisco Costa, de que tem faltado ás tres ultimas sessões, por falta de saude.—*Inteiramente.*

3.º Do sr. Diogo Forjaz, de que o sr. Gavicho teve motivo justo para não assistir á sessão de hontem, e pelo mesmo motivo deixa de comparecer á de hoje.—*Inteiramente.*

4.º Do sr. Gaspar Teixeira, de que não compareceu ás sessões de 9 e 10 por incommodo de saude.—*Inteiramente.*

CORRESPONDENCIA

1.º Um officio da camara dos dignos pares, acompanhando um projecto de lei, prohibindo as corridas de touros, sob qualquer pretexto ou denominação.—A comissão de administração publica.

2.º Do ministerio do reino, acompanhando a copia, pedida pelo sr. Affonseca, do mappa do estado do recrutamento no districto do Funchal.—Para a secretaria.

3.º Do mesmo ministerio, acompanhando uma representação da camara municipal de Santa Cruz, que reclama contra a admissão dos vinhos de Portugal na ilha da Madeira.—A comissão de vinhos.

4.º Uma representação da camara municipal de Mafra, pedindo que ao depositario d'aquella comarca se applique a percentagem que se marca na portaria de 3 de abril de 1848.—A comissão de legislação.

5.º Da comissão administrativa do hospital de Villa Franca de Xira, pedindo que não sejam prohibidas as corridas de touros.—A comissão de administração publica.

6.º Dos habitantes de Alcaer do Sal, contra as medidas financeiras apresentadas pelo governo.—A comissão de fazenda.

7.º Quatro representações de habitantes de algumas freguezias do concelho de Torres Vedras, no

mesmo sentido que a antecedente.—A mesma comissão.

8.º Dos habitantes de Soure, no mesmo sentido que as antecedentes.—A mesma comissão.

9.º Da camara municipal e habitantes de Mantegão, no mesmo sentido que as antecedentes.—A mesma comissão.

10.º Uma representação da camara municipal de Figueira de Castello Rodrigo, pedindo que o seu concelho seja elevado a comarca.—A comissão de estatística.

11.º Da camara municipal de Rezende, pedindo providencias acerca das rodas dos expostos.—A comissão de administração publica.

12.º Da camara municipal de Vieira, pedindo que o seu concelho seja elevado á categoria de comarca.—A comissão de estatística.

13.º Da mesma camara, pedindo a approvação do projecto do sr. Thomás de Carvalho, apresentado na sessão passada para melhorar as escolas medicas de cirurgia de Lisboa e Porto.—A comissão de instrução publica.

14.º Da mesma camara, pedindo a construcção da estrada que deve ligar Braga com Chaves.—A comissão de obras publicas.

Dá-se expediente pela mesa aos seguintes requerimentos:

1.º Requeiro que, pelo ministerio da justiça, sejam enviados á comissão competente da camara dos deputados todos os documentos que tenham sido produzidos com a representação da camara municipal do Cartaxo, a qual pede para que se tome na justa e devida consideração a sua pretensão a uma comarca; outrossim, que, pelo mesmo ministerio, se mande com urgencia á mesma camara municipal, que produza com brevidade todos os mais esclarecimentos que justifiquem a sua pretensão.—O deputado, L. T. de Sampaio Junior.

2.º Requeiro que, pelo ministerio do reino, e com a maior urgencia, seja apresentado n'esta camara o projecto de lei, autorisando a camara municipal do Cartaxo a aforar as sobras do terreno concedido á mesma camara, da cerca do extincto convento de S. Francisco da mesma villa, projecto de lei já elaborado na secretaria do reino. Outrossim, com a maior urgencia, que, pelo mesmo ministerio, se mande ao governador civil de Santarem, que faça subir ao ministerio do reino a representação da camara municipal do Cartaxo, pedindo autorisação para fazer uma nova igreja, cuja representação lhe foi devolvida para satisfazer a exigencias do serviço, por modo a poder converter-se em projecto de lei, e ser presente á camara dos deputados.—O deputado, L. T. de Sampaio Junior.

3.º Requeiro que, pelo ministerio das obras publicas, se mande ao director das obras publicas do districto de Santarem que faça subir ao mesmo ministerio, com urgencia, o orçamento e traçado da estrada que, a partir do fim da estrada da estação da Ponte de Santa Anna ao Cartaxo, deve comunicar esta villa com Rio Maior; outrossim que todo este trabalho seja enviado, depois de obtido o parecer do conselho de obras publicas, á comissão competente da camara dos deputados, por modo a poder autorisar-se n'esta sessão uma estrada tão urgente, e em concelhos tão importantes, como desprovidos de communicações facies.—O deputado, L. T. de Sampaio Junior.

4.º Requeiro se pegam ao governo, por copia, as consultas das juntas geraes dos districtos de Évora e Beja que offereceram uma parte da subvenção para o caminho de ferro das Vendas Novas a Évora e Beja.—A. Xavier da Silva.

5.º Requeiro, com urgencia, que o governo, pelo ministerio da marinha e ultramar, haja de mandar remetter a esta camara a synopse de toda a correspondencia que aquelle ministerio tem sido enviada pelo actual juiz de direito da comarca de S. Thomé, o dr. Bernardo Soares Vieira da Matta.—*Bernardo Francisco de Abranches*, deputado pela ilha de S. Thomé.

São remettidos ao governo. Tambem se mandam comunicar ao governo as seguintes notas de interpeção:

1.º Renovo a interpeção que annunciei a s. ex.ª o sr. ministro dos negocios da marinha e ultramar, na sessão de 29 de fevereiro ultimo, e que foi publicada no *Diário de Lisboa* n.º 49, relativa á illegalidade da portaria do governador de S. Thomé de 28 de abril de 1859, publicada no *Boletim* d'aquelle governo, n.º 72, que estabeleceu uma força para a policia da cidade, e outra para o do campo, quando similhante medida já tinha sido reprovada ao ex-governador Passalacqua por portaria do ministerio da marinha e ultramar de 12 de agosto de 1857, fundada na consulta do conselho ultramarino de 4 do mesmo mez e anno.—*Bernardo Francisco de Abranches*, deputado pela ilha de S. Thomé.

2.º Desejo interpellar a s. ex.ª o sr. ministro dos negocios da marinha e ultramar, acerca da portaria do governador da provincia de S. Thomé de 13 de março ultimo, pela qual foi suspenso o delegado d'aquella comarca o bacharel Benjamin Cupertino Freire da Fonseca Abranches Castello Branco, violando-se d'esta maneira a provisão do erario de 26 de julho de 1820, o decreto de 16 de janeiro de 1837, a portaria do ministerio da marinha e ultramar de 22 de março de 1843, e o n.º 17 do artigo 4.º do decreto de 14 de agosto de 1856. E desejo saber se o governo tenciona ou não levantar aquella suspensão, e estranhar ao governador o seu illegal procedimento.—*Bernardo Francisco de Abranches*, deputado pela ilha de S. Thomé.

3.º Desejo interpellar a s. ex.ª o sr. ministro dos negocios da marinha e ultramar, acerca dos motivos porque o governador da provincia de S. Thomé não cumpriu a portaria do ministerio da marinha e ultramar de 16 de janeiro ultimo, pela qual foram mandados restituir á ilha do Principe os padres que as autoridades de S. Thomé, a titulo de serviço, tinham abusivamente deportado, uns para a ilha de S. Thomé, e outro para Ajuda.—*Bernardo Francisco de Abranches*, deputado pela ilha de S. Thomé.

4.º Desejo interpellar a s. ex.ª o sr. ministro dos negocios da marinha e ultramar:

I Se é ou não verdade que a junta da fazenda da provincia de S. Thomé, em sessão de 3 de março de 1859 abonou ao governador Horta a quantia de 172\$800 réis pelo excesso da bagagem que elle levou de Lisboa para aquella provincia, quando aliás o governo lhe tinha pago a sua passagem n'um dos vapores da companhia *unión mercantil*, nos termos do decreto de 7 de dezembro de 1836.

II Se, a ser verdade, que se tivessees feito aquelle abono, pelo que incorreu o governador na disposição do § 4.º do artigo 2.º do decreto de 29 de dezembro de 1852, o governo tenciona ou não mandar repór aquella quantia, tornando d'esta maneira efectiva a disposição da portaria do ministerio da marinha e ultramar de 4 de novembro de 1844.—*Bernardo Francisco de Abranches*, deputado pela ilha de S. Thomé.

5.º Requeiro que seja prevenido o sr. ministro dos negocios do reino, que pretendo interpellar a s. ex.ª sobre o modo porque se procedeu á eleição da junta geral do districto de Castello Branco.—A. Xavier da Silva.

O sr. Presidente—em consequencia da communicação recebida da presidencia do conselho de ministros, de que Sua Magestade recebe amanhã ao meio dia a deputação que ha de apresentar ao mesmo augusto senhor o autographo do decreto pelo qual se

concede uma pensão á duquesa da Terceira, nomeia para comporem a dita deputação os srs. visconde de Portocarrero, Rebelo Cabral, Castro Ferrer, Feijó, Custodio de Faria, Aristides Abranches e Arrobas.

O sr. Teixeira de Barros—envia para a mesa dois pareceres da comissão de petições.

O sr. Justino da Costa—manda para a mesa dois pareceres da comissão de petições.

O sr. Carvalho de Abreu—manda tambem para a mesa dois pareceres da comissão de petições.

O sr. Affonseca—envia para a mesa um requerimento da viuva de um facultativo que serviu o estado durante cincoenta annos, e morreu pela febre amarella, pedindo uma pensão.

O sr. D. José de Alarcão—manda para a mesa um requerimento pedindo ao governo certos documentos para justificar o pedido que vae fazer com relação á falta que tem havido na repartição dos rendimentos da barca de passagem na ribeira de Santarem, cujo rendimento deve ser repartido pela camara de Santarem com a camara de Almeirim.

Não sabe que mau fado tem perseguido os concelhos que representa ao sul do Tejo, e que pertencem ao districto de Santarem; mas como não se acha presente nenhum dos srs. ministros, não continua as suas reflexões, que aguarda quando chegar o papel que pede no requerimento que envia agora para a mesa.

O sr. D. Rodrigo de Menezes—envia para a mesa uma representação de varios possuidores de titulos portuguezes, em consequencia de fornecimentos feitos ao exercito em 1828 e 1833, que pedem o seu pagamento, como se tem feito a outros credores do estado com igual direito ao que estes têm.

O sr. Mousinho de Albuquerque—manda para a mesa uma representação de alguns empregados do tribunal de contas.

O sr. Palmeirim—manda para a mesa o parecer da comissão de fazenda, acerca de um requerimento das commissões de asylo de ambos os sexos da cidade de Guimarães.

O sr. Feijó—envia para a mesa uma representação das religiosas de Santa Clara da cidade de Leiria, para que não seja approved o projecto de lei que determina que os bens das mesmas freiras sejam convertidos em titulos de credito publico.

O sr. Presidente—convidando os srs. deputados a irem trabalhar em commissões, e dando para ordem do dia de amanhã a mesma que já estava dada, e mais o projecto n.º 32, autorisando a camara municipal do concelho de Santo Thyrsio a contrahir um emprestimo até á quantia de 3:000\$000 réis para os fins indicados no mesmo projecto, e o parecer n.º 36 da comissão de verificação de poderes, sobre a eleição de um deputado pelo circulo da villa da Praia, na ilha Terceira, levanta a sessão.—Era uma hora da tarde.

Relação dos srs. deputados que estiveram presentes na sessão de 10 de maio á chamada meia hora depois do meio dia

Afonso Botelho, Balduino, Braamcamp, Eleuterio, Antonio Feio, Gonçalves de Freitas, Gouveia Osorio, Barros e Sá, Henriques Secco, Pequeto, Pinheiro Osorio; Rodrigues Sampaio, Vaz da Fonseca, Aristides, Palmeirim, Bartholomeu dos Martyres, Bento de Freitas, Abranches, Ferrer, Pereira da Cruz, Cypriano da Costa, Pereira Forjaz, Teixeira da Motta, Mousinho de Albuquerque, Filipe Brandão, Frederico de Mello, Barroso, Coelho do Amaral, Costa e Silva (Francisco), Pinto Tavares (Francisco), Soares Franco, Gaspar Teixeira, Pereira de Carvalho, Mello e Minas, Fonseca Coutinho, João José de Azevedo, Mello Soares, João Rebelo, Castro Portugal, Aragão Mascarenhas, Sousa Machado, Noronha e Menezes, Coelho de Carvalho, Neutel, Encarnação Coelho, Alves Chaves, Figueiredo de Faria, Feijó, Christiniano da Fonseca, D. José de Alarcão, Frazão, Rojão, Aboim, Luiz Albano, Camara Leme, Pinto Tavares (Luiz), Affonseca, Rocha Peixoto, Azevedo Pinto, Marianno Feio, Pinto Martins, Placido, Menezes Pitta, D. Rodrigo de Menezes, Pinto da França, Simão de Almeida, Thiago Horta, Viriato Blanc, visconde de Pindella.

NOTÍCIAS DO REINO

CONTINENTE

Figueira—O *Cominbricense* diz que a nova barra d'esta villa continua no melhor estado em relação ás obras feitas: presta-se á prompta e facil entrada e saída de navios, e sem grande risco. Mas para que ella adquira permanencia e chegue ao melhoramento de que é susceptivel e se precisa para o engrandecimento d'aquelle porto, são precisas ainda importantes obras.

O digno engenheiro o sr. Silva prosegue nos trabalhos indispensaveis para a segurança e acabamento da primeira parte do plano das obras. Dizem-nos que o dito engenheiro tenciona ir brevemente a Lisboa apresentar os seus relatorios ao governo sobre a urgencia das construcções que se precisam, para que se não inutilisem as já feitas.

É certo que o sr. Silva trabalha incessantemente, manifestando a par dos seus estudos, essa energia e zelo, que sempre tem empregado.

Promove a conclusão da *draga*, que se acha armada e quasi prompta a ir ao mar, para o que se está já fazendo a carreira. É um bom navio, sendo os machismos os mais facies e aperfeiçoados. O serviço d'ella ha de ser de grande vantagem para a desobstrução d'aquelle bello porto, e para as obras importantes a fazer, que precisam de grandes ateiros.

Porto—Principiou no domingo 7, n'esta cidade, a exposição annual e feira de gado bovino, lanigero e suino.

Grjő—Junto a este logar, segundo diz o *Echo Popular*, appareceu no dia 7, um homem assassinado, que dizem ser um guarda-mattas, tendo junto a si uma clavicina e o chapéu. Ignoram-se os promoveos d'este assassinato, que nos consta fóra feito a pauladas; mas confiamos que a justiça ha de procurar descobrir o auctor ou auctores d'este crime.

Braga—Na quinta feira da semana passada, diz o *Independente*, jornal d'esta cidade, de 7 do corrente, suicidou-se pelas tres horas e meia da tarde um mancebo de dezoito a vinte annos, filho de Manuel Antonio de Almeida, o infeliz poz termo aos seus dias, enforcando-se. Affirmava-se que desgostos domesticos o tinham levado á consumação d'esto acto desesperado.

Beja—No *Bejense* lê-se o seguinte: «Os trabalhos da ponte de Tergis e Cobre, que se está construindo sobre a ribeira d'este nome, tem consideravelmente progredido, desde que são dirigidos pelo habil engenheiro francez, mr. Dubois.

Esta ponte, situada na estrada que vae de Beja a Mertola, é uma das obras mais necessarias e mais uteis ao districto e á provincia. Bastantes victimas foram sacrificadas ás enchentes d'esta ribeira pela falta da ponte, e muito transtorno soffre o commercio pela mesma falta.

«Tanto, ou mais sensivel prejuizo causa ainda a falta de uma ponte sobre o Guadiana. A margem esquerda d'este rio, esta extensa e fertilissima bacia que é um dos melhores cantos de Portugal, está sequestrada do resto do paiz por não ter uma ponte, que lhe facilite a segura e facil communicação com o districto. Sabemos que alguns estudos tem

sido feitos n'estes ultimos tempos n'este sentido, o que o governo deseja dotar o districto com este melhoramento.»

—O mesmo jornal publica a noticia que em seguida transcrevemos:

«Foi celebrada, pelo reverendo capellão de cadacadores n.º 8, na igreja da Misericordia d'esta cidade, uma missa, pelo eterno descanso da alma do nobre duque da Terceira. O batalhão quiz dar este testemunho de veneração á memoria do honrado defensor da liberdade, ao militar valente, que tantas saudades deixou em todo o exercito, e em todo o paiz. Luvovores ao batalhão de cadacadores n.º 8, que assim sabe prestar um tributo de veneração e de respeito á memoria do seu illustre general.»

NOTÍCIAS ESTRANGEIRAS

Recebemos folhas de Madrid até 7 do corrente, e de Paris até 4.

Os jornaes hespanhoes publicam os seguintes DESPACHOS TELEGRAPHICOS

Despachos dados pela *Correspondencia de Espana*:

Turim, 5 de maio—A insurreição continua na Sicilia, e um regimento recusou sair de Palermo, porque as tropas são atacadas pelos revoltosos apenas se apresentam em campo.

Cinco pessoas notaveis foram submettidas ao julgamento do tribunal civil.

A *Opinione* diz que as tropas que guarnecem as cidades estão como bloqueadas entre o mar e a insurreição crescente e ameaçadora.

